

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LUCAS DA SILVA LUIZ BEZERRA

**PAREDES DE CONCRETO MAIS IMPORTANTES QUE A
VIDA: BARRAGEM DE ACAUÃ**

**CAMPINA GRANDE
2013**

LUCAS DA SILVA LUIZ BEZERRA

**PAREDES DE CONCRETO MAIS IMPORTANTES QUE A
VIDA: BARRAGEM DE ACAUÃ**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, Campina Grande, 2013.

Orientadora:

Erônides Câmara Araújo

CAMPINA GRANDE

2013



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2023.

Sumé - PB

LUCAS DA SILVA LUIZ BEZERRA

**PAREDES DE CONCRETO MAIS IMPORTANTES QUE A
VIDA: BARRAGEM DE ACAUÃ**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, Campina Grande, 2012.

Orientadora: Erônides Câmara Araújo

Examinadores:

Prof^a. Dr^a. Regina Coelli Gomes Nascimento

Prof^a. Dr^a Erônides Câmara Araújo

Prof^a. Dr. Roberval da Silva Santiago

CAMPINA GRANDE, Março 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que todo instante dessa caminhada esteve comigo.

Àos amigos que fiz durante o curso.

À minha orientadora, Erônides Câmara Araújo, que acreditou em mim e ajudou sempre no que foi possível.

Àos professores da Banca examinadora, Regina Celli e Roberval Silva Santiago.

E por fim à Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, que financiou minha pesquisa para o presente trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha família que me deu muito apoio nos momentos mais difíceis da minha vida, a minha namorada e a todas as famílias atingidas pela construção da Barragem de Acauã que mostraram ser pessoas de fibra, resistência e perseveraram até os dias de hoje para retomar suas vidas que foram submersas pelas águas do lago Acauã.

RESUMO

O presente estudo aborda e investiga o discurso sobre a Barragem de Acauã, localizada nos Municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, no Estado da Paraíba. O objetivo principal da pesquisa consistiu em analisar os discursos produzidos por alguns sujeitos, e em que lugar eles se colocam tratando da construção da Barragem de Acauã e quais são os seus interesses, sabendo que os discursos em nossa sociedade têm sua intencionalidade e não são neutros. O recurso metodológico adotado para a abordagem do objeto de estudo foi analisar os diferentes discursos produzidos por veículos de comunicação social (Revista Paraíba da Gente, Portal Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba) e por outros interlocutores (Padre Rômulo, Procurador Federal Duciran Farena e os atingidos de Acauã), para estabelecer um contraponto. Analisando os resultados da pesquisa, foi possível constatar que a imprensa paraibana é completamente tendenciosa e se preocupa mais com os interesses político-partidários. Intencionalmente, não aborda os problemas sociais de mais de 900 famílias que perderam suas moradias e meios de subsistência, em decorrência da construção da Barragem de Acauã. Para que os problemas dessa população se tornassem visíveis para a sociedade, apareceram outros discursos, antes desconhecidos sobre Acauã, que merecem visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE discurso, promessas de desenvolvimento, atingidos por barragem, Barragem de Acauã.

ABSTRACT

This paper discusses and investigates the discourse on the Dam of Acauã, located in the municipalities of Aroeiras, Itatuba and Natuba in the state of Paraíba. The main goal of the research is to examine the speeches made by some subjects, and in what place they put themselves dealing with the construction of the Dam of Acauã and what are their interests, knowing that the discourses in our society have intentionality and they are not neutral. The methodological approach adopted to address the object of study was to analyze the various discourses produced by vehicles of media (Paraíba da Gente Magazine, Portal Correio da Paraíba and Jornal da Paraíba) and by others (Priest Rômulo, the Federal Attorney Duciran Farena and the affected by Acauã) to establish a counterpoint. Analyzing the results of the research, it was established that the paraiban press is completely biased and is more concerned with party political interests. Intentionally, it does not address the social problems of more than 900 families who lost their homes and livelihoods as a result of the construction of the Dam of Acauã. To become visible to the society the problems of this population, other discourses previously unknown about Acauã, which deserve visibility, appeared.

Keywords: Speech, Promises of Development, Affected by dam, Dam of Acauã.

LISTA DE SIGLAS

CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CNDPH - Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa Humana
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CSAN - II Conferência de Segurança Alimentar
CUT-PB - Central Única dos Trabalhadores na Paraíba
DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNS - Fundação Nacional de Saúde
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MIN - Ministério da Integração Nacional
MPF/PB - Ministério Público Federal da Paraíba
NUPPA - Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos
OEA - Organização dos Estados Americanos
SEMARH – Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Foto de Satélite da Barragem de Acauã | 13 |
| Figura 2 - Mapa dos Municípios Onde a Barragem de Acauã está Localizada | 14 |
| Figura 3 - Capa da Revista Paraíba da Gente | 23 |
| Figura 4 - Manchete do Jornal da Paraíba, de 31 de agosto de 2003 | 25 |
| Figura 5 - Matéria do Portal Correio, de 04 de abril de 2008 | 27 |
| Figura 6 - Matéria Jornal da Paraíba, de 31 de agosto de 2003 | 32 |

QUADROS

| | |
|---------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Edificações por comunidade | 18 |
| Quadro 2 – Equipamentos comunitários | 19 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPITULO I - A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ | 13 |
| 1.1 - Breve histórico e objetivos da barragem | 13 |
| 1.2. As expectativas da população atingida | 15 |
| 1.3 - Situação socioeconômica das comunidades antes da barragem de acauã | 17 |
| 1.4 - Situação socioeconômica das comunidades após a barragem de acauã | 20 |
| CAPITULO II - ANÁLISE DOS DISCURSOS PRODUZIDOS APÓS A INAUGURAÇÃO DE ACAUÃ | 22 |
| 3.1 - A importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento do estado e a crise da falta de acesso à água | 22 |
| 3.2 - Entre o discurso da omissão e o discurso da solidariedade | 24 |
| 3.3. O oportunismo político partidário versus o apoio de setores da sociedade aos atingidos de acauã | 26 |
| 3.4 - Acauã: paredes de concreto mais importante que a vida | 31 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |
| BIBLIOGRAFIA | 36 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho Monográfico analisa os discursos de atores sociais, veiculados em matérias de jornais, em uma revista e em alguns documentos, que foram produzidos, direta e indiretamente, sobre a construção da Barragem de Acauã e que incluem enunciações de progresso e de desenvolvimento.

Dessa forma, serão tomados para análise, os discursos oficiais que foram produzidos no âmbito da imprensa e do próprio Governo Estadual, através do documento intitulado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), legitimando o projeto da Barragem, para que a própria população ribeirinha, atingida diretamente com a execução dessa obra, aceitasse a ideia de que a Barragem de Acauã seria sinônimo de progresso e de desenvolvimento.

Também serão analisados outros discursos, como o veiculado no relatório produzido pela Comissão Especial do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana (CNDPH), da Presidência da República, em visitas às comunidades atingidas pela Barragem de Acauã, na Paraíba, nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, mostrando as versões sobre o projeto.

Depois que a população começou a se organizar e cobrar os seus direitos, surgem outros discursos que a sociedade e os próprios atingidos pela Barragem de Acauã não conheciam e uma parte desses discursos, também, será aqui abordada.

A perspectiva metodológica do trabalho está de acordo com os estudos de Foucault (2004), merecendo destaque o que afirma o autor na seguinte passagem:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p. 8-9).

Dessa forma, a perspectiva do presente trabalho está de acordo com a ideia de que os discursos em nossa sociedade não são soltos e nem desorganizados. São planejados, pensados e programados, intencionalizados, para que possam convencer e dominar o outro através da relação de poder. Por isso, o discurso dos empreendedores nas construções das barragens é tão forte. Eles usam o argumento de que as barragens só trazem progresso e desenvolvimento, naturalizando a ideia de que não é possível que alguém se coloque contra o desenvolvimento e o progresso.

O trabalho segue organizado em dois capítulos, sendo que o primeiro trata da realidade social e econômica dos atingidos antes da construção da barragem Acauã, também descreve quais eram seus anseios e expectativas em relação a obra e por fim mostra a realidade social e econômica após a empreitada. E no segundo capítulo é feita a análise dos materiais selecionados, na tentativa de elucidar as versões desconstruindo os discursos de que as barragens são ícone de progresso e de desenvolvimento. Finalizando com algumas considerações pertinentes.

CAPITULO I - A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ

1.1 - BREVE HISTÓRICO E OBJETIVOS DA BARRAGEM

Segundo o ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) da Barragem de Acauã¹ na Paraíba, (ver mapa, figura 1) (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000) implantação das obras de engenharia teve início em 14 de Junho de 1999, sendo previsto um prazo inicial de 540 dias para a sua execução. Foi solicitado um aditivo de prazo prolongado a sua conclusão para dezembro de 2001, só que a sua construção física foi concluída em Agosto de 2002.

A barragem foi planejada para ocupar uma área de 1.725 da bacia hidráulica.



Figura 1: foto de satélite da barragem de acauã. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=en&tab=w>

O EIA, referido no parágrafo anterior, tem o objetivo de contribuir para tomada de decisão quanto à política a ser adotada, diante dos impactos ambientais causados

¹ A Represa de Acauã, localizada no município de Itatuba, classificada como “barragem de grande porte”, foi implementada no Estado da Paraíba com o objetivo de reforçar o suprimento de abastecimento de água da cidade de Campina Grande (a segunda do estado) e municípios vizinhos.

pelo barramento do rio Paraíba, nos municípios de Aroeiras², Itatuba³ e Natuba⁴, Estado da Paraíba, (ver mapa, figura 2) além de propor medidas para estabelecer o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento regional a partir dos usos múltiplos proposto para o reservatório.

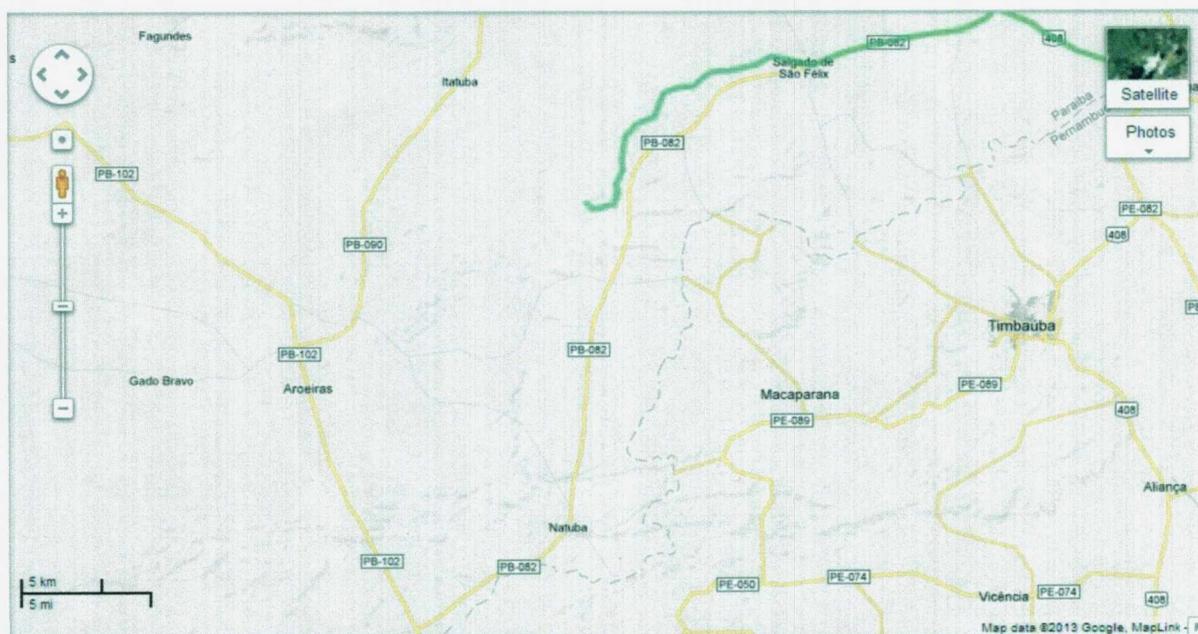


Figura 2: mapa dos municípios onde a barragem de Acauã está localizada. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=en&tab=w>

O reservatório de Acauã foi construído com a capacidade de armazenar 253 milhões de metros cúbicos não para gerar energia, e, sim para consumo humano. De acordo com a COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGEM (CMB), segundo os seus critérios, uma barragem com uma acumulação de água a partir de 15 milhões de metros cúbicos está enquadrada como uma Barragem de grande porte, Acauã se enquadra nesse contexto (REDE INTERNACIONAL DE RIOS, 2000).

² Aroeiras é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Campina Grande, estado da Paraíba. Sua população em 2011 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 19.048 habitantes, distribuídos em 374 km² de área.

³ Itatuba é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Campina Grande, estado da Paraíba. Sua população em 2011 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 10.264 habitantes, distribuídos em 244 km² de área.

⁴ Natuba é um município brasileiro localizado na microrregião de Umbuzeiro, estado da Paraíba. Sua população em 2012 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 10.278 habitantes, distribuídos em 192 km² de área.

A Barragem de Acauã está formada pelo barramento do rio Paraíba, a cerca de 23 km à montante da cidade de Salgado de São Félix, no Estado da Paraíba. O acesso à barragem faz-se a partir de João Pessoa, pela BR- 230 até o entroncamento com a PB-054, seguindo-se por 18 km até a cidade de Itabaiana e mais 11 km até Salgado de São Félix. Dessa cidade segue-se por 15 km em uma estrada vicinal até a localidade de Junco, na margem esquerda do rio Paraíba (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

O objetivo principal da Barragem de Acauã será o fornecimento de água para as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Itaipu, Aroeiras e Fagundes; reforço ao sistema hídrico que abastece Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité; a irrigação do Baixo Vale do Paraíba, a criação de um pólo pesqueiro e a contenção das enchentes que assolam periodicamente as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Itaipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

A imprensa local, falada e escrita, noticiou a finalidade da Barragem de Acauã, apresentando-a como uma das soluções para o problema de abastecimento de água da região, com destaque para o atendimento da demanda de água da cidade de Campina Grande.

1.2. AS EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO ATINGIDA

Segundo o EIA, foi aplicado um questionário contendo 120 questões, sendo vinte na comunidade de Cajá⁵, 17 em Melância⁶, sete em Ilha Grande⁷, 12 em Cafundó⁸ e sessenta em Pedro Velho⁹, comunidades que seriam atingidas diretamente pelo empreendimento de Acauã, com o objetivo de saber qual era a reação das pessoas atingidas diretamente por Acauã. Essa pesquisa foi feita pela IBI

⁵ Cajá é um distrito da cidade de Itatuba, Paraíba, Brasil.

⁶ Melância é um distrito da cidade de Itatuba, Paraíba, Brasil.

⁷ Ilha Grande é um distrito da cidade de Natuba, Paraíba, Brasil.

⁸ Cafundó é um distrito da cidade de de Aroeiras, Paraíba, Brasil.

⁹ Pedro Velho é um distrito da cidade de Aroeiras, Paraíba, Brasil.

Engenharia Construtiva Ltda, que apontou quase 100% de aprovação das comunidades atingidas. A maioria declarou que o reservatório seria necessário para o desenvolvimento da região, uma vez que o mesmo contribuiria para melhorar as condições de vida da população local. Foram apontados como benefícios oriundos com a implantação do reservatório, a garantia de água para abastecimento, desenvolvimento da agricultura irrigada, piscicultura, geração de emprego e renda, bem como a valorização das terras ante a oferta de água permanente. Aqueles que se declararam avessos ao projeto (10% dos entrevistados) o fizeram por achar que a implantação do reservatório viria seguida de transtornos como relocação para outro lugar, interrupção das atividades corriqueiras, descrédito nas ações governamentais, entre outros motivos. (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

Quando as pessoas foram entrevistadas sobre a forma desejada de indenização, 45,8% dos entrevistados apontaram o reassentamento com toda infraestrutura como melhor maneira de contornar os inconvenientes advindos pela implantação da barragem, enquanto 38,1%¹⁰ dos entrevistados preferiram receber suas indenizações devidas para utilizá-las livremente. 16,1%¹¹ dos entrevistados pretenderam a permuta de casas conservando o mesmo padrão do imóvel atingido. Segundo a pesquisa feita pela empresa IBI do Ceará, colocada no EIA, quando indagados sobre a necessidade de ter que sair da área, a maioria (86,7%)¹² declarou não ter para onde ir, expressando a necessidade de receber ajuda financeira do governo e transporte para mudança. A respeito das indenizações, pouco mais da metade dos entrevistados (54,2%)¹³ confiavam que estas eram suficientes para reiniciarem uma nova vida em outro lugar.

Foram ainda consultadas diversas instituições que poderiam se engajar no processo de reassentamento da população e qual seriam as suas expectativas em relação à construção da Barragem de Acauã, entre elas, as Prefeituras Municipais de Itatuba e Aroeiras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itatuba e Aroeiras,

¹⁰ Dados coletados do Governo do Estado da Paraíba – Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos recursos hídricos e minerais, 2000.

¹¹ Idem

¹² Idem

¹³ Idem

Associação dos Trabalhadores Rurais de Itatuba, Câmara Municipal de Natuba, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Natuba, Igreja Congregacional e Paróquia Nossa Senhora do Rosário. A opinião desses órgãos foi bastante favorável à implantação da Barragem de Acauã, pois 83,3% confirmaram que a obra trará benefícios para a região. Apenas 16,7%, apesar de concordar com os benefícios do empreendimento, achou o local do barramento inapropriado, afirmando que os benefícios seriam maiores se a barragem fosse construída no local estudado pelo DNOCS- Departamento Nacional de Obras contra as Secas (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

Foram sugeridas as seguintes medidas por parte dos representantes do governo: agilização para a conclusão da obra; recursos para projetos de irrigação, piscicultura e caprinocultura; incentivo ao turismo e lazer; construção de estradas; rede elétrica; alocação de indústrias para a região; saneamento básico das cidades e formação da consciência ecológica da população (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

Conforme o exposto, percebe-se que apesar das muitas apreensões em relação à situação trazida pela construção da Barragem Acauã, a população acredita que a mesma serviria para promover o desenvolvimento da região e proporcionaria melhores condições de vida para os seus habitantes.

1.3 - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES ANTES DA BARRAGEM DE ACAUÃ

Antes de iniciar as obras da Barragem de Acauã, o Governo do Estado da Paraíba preocupado com quem ficaria dentro da barragem, resolveu convocar a FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (FAC) em 1999 e fez um relatório socioeconômico das comunidades que seriam diretamente atingidas depois que o lago de Acauã chegasse a cem por cento de sua capacidade.

A área inundável atingiu comunidades pertencentes aos municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, todos localizados na mesorregião do Agreste Paraibano. Os municípios considerados estão sujeitos a secas periódicas. Os rios da Paraíba e

seus afluentes (Paraibinha, por exemplo) cortam a região e perdem suas águas temporariamente, ocasionando graves problemas de abastecimento não apenas nessas localidades, como também nas áreas circunvizinhas (FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA, 1999).

Em 1999, de acordo com a FAC, residia nos povoados atingidos um total de 2.525 habitantes distribuídos em 585 casas. Os povoados de Pedro Velho e Cajá eram os mais populosos, “[...] apresentando inclusive, o maior número de equipamentos comunitários a serviço da população. As edificações existentes nas comunidades atingidas perfazem, no total, 805 edificações, sendo 72,7% correspondentes a casas habitadas” (FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA, 1999, p. 13).

QUADRO 1 – Edificações por Comunidade

| comunidade | Unidades habitacionais | Casas fechadas | Casas em construção | Edificações comerciais | Equipamentos comunitários | Outras edificações | Total |
|-------------|------------------------|----------------|---------------------|------------------------|---------------------------|--------------------|-------|
| Melancia | 83 | 29 | 01 | 02 | 07 | 00 | 122 |
| Pedro Velho | 284 | 43 | 02 | 09 | 10 | 05 | 353 |
| Cafundó | 61 | 20 | 00 | 06 | 00 | 01 | 88 |
| Cajá | 103 | 37 | 00 | 01 | 10 | 03 | 154 |
| Ilha grande | 34 | 07 | 00 | 00 | 02 | 01 | 44 |
| Junco | 20 | 22 | 00 | 00 | 00 | 02 | 44 |
| Total | 585 | 158 | 03 | 18 | 29 | 12 | 805 |

Fonte: Reproduzido do Relatório da Fundação de Ação Comunitária (1999)

Segundo o Quadro 2, sobre equipamentos comunitários, existiam, antes da Barragem, vinte e nove equipamentos comunitários, localizados na bacia de Acauã, em seis comunidades atingidas. Estamos em 2012, completando 13 anos de produção desse relatório, há oito anos que o lago encheu completamente, chegando a sua capacidade máxima e expulsando todas as famílias das comunidades que moravam a beira do rio. Essas comunidades acima citadas, hoje, estão submersas e, até agora, só foram devolvidos por parte do Governo do Estado da Paraíba, apenas dois equipamentos comunitários na Comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, no Município de Aroeiras, que são uma escola e um posto médico. As demais comunidades continuam a espera da devolução por parte do governo Estadual, que é o responsável.

Como se verifica no Quadro 2, a FAC não cadastrou os dois cemitérios existentes nas comunidades de Pedro Velho e Cajá como Equipamentos Comunitários, porém sabe da sua existência, deixando a responsabilidade de remoção a cargo de outro órgão Público. Até agora esses Equipamentos não existem nas comunidades citadas.

QUADRO 2 – Equipamentos comunitários

| Comunidades | Escolas | Posto telefônico | Posto de Saúde | Templos Religiosos | Galpão ou Cooperação | Moinho | Mercado | Cadeia | Total |
|-------------|---------|------------------|----------------|--------------------|----------------------|--------|---------|--------|-------|
| Melancia | 02 | 02 | 00 | 02 | 01 | 00 | 00 | 00 | 07 |
| Pedro Velho | 02 | 01 | 01 | 04 | 00 | 00 | 01 | 01 | 10 |
| Ilha Grande | 02 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 02 |
| Cajá | 03 | 01 | 01 | 04 | 00 | 01 | 00 | 00 | 10 |
| Cafundó | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Junco | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Total | 09 | 04 | 02 | 10 | 01 | 01 | 01 | 01 | 29 |

Fonte: Reproduzido do Relatório da FAC (1999)

Sobre os aspectos econômicos das comunidades que foram atingidas pela Barragem, é importante sublinhar que a superfície total cultivada na área era de 140,1 ha, representando apenas 12% da área total pesquisada, demonstrando as dificuldades da área em termos de aproveitamento. As culturas mais representativas, em termos de área ocupada, são o capim elefante com 33,6% da área total cultivada, o feijão com 31,6%, o milho e a palma forrageira, ambas com 29,7%. Ocorre ainda, o plantio de hortaliças como quiabo, pimentão e tomate, representando 9,6% da área total cultivada, como também a cultura do algodão herbáceo, representando 4,0% da área cultivada. A cultura mais representativa em termos de valor de produção era o tomate, contribuindo com 31,0% da renda agrícola, seguido do pimentão com 20,5%. Já o autoconsumo atinge 33,2% da produção da área, estando centrado nas culturas do milho, feijão, batata doce e forrageiras (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

Ainda segundo o EIA, em relação à situação da água para consumo das comunidades,

[..] foi feito um levantamento in loco, através do método amostral, no qual foram constatadas as condições de suprimento hídrico vigentes, bem como apropriadas as expectativas da população ante à implementação do projeto e os principais problemas enfrentados por esta que se refere ao abastecimento de água. A amostra cobriu 64,3% do número total das cidades, o correspondente a nove cidades, quais sejam: Itabaiana, Salgado de São Félix, Itatuba, Ingá, Aroeiras, Mogeiro, Queimadas, Boqueirão e Campina

Grande. Todas as cidades pesquisadas contam com sistema de abastecimento de água, porém as condições de funcionamento dos mesmos são consideradas precárias pela população entrevistadas, sendo comum o fornecimento não regularizado e a falta de manutenção na rede. Nos períodos de estiagem, em quase todas as cidades (77,8%) é necessário o racionamento de água, exceção feita às cidades de Campina Grande, onde os entrevistados declararam que o racionamento da água que vem de Boqueirão raramente se dá nesse período (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000, p.79).

Em 77,8% das cidades pesquisadas a água fornecida não é de boa qualidade e a população é focada a utilizar-se de água de origem e qualidade duvidosa. Os discursos que arrolam são de que a população não tem o costume de adquirir água de fontes conhecidas ou não, e realizar periodicamente análise dessa água. A água de beber, na maioria das residências entrevistadas, é filtrada ou simplesmente coada, sendo pequeno o número de residências que não adotam qualquer tipo de tratamento, e quase insignificante os que usam hipoclorito de sódio para tratar a água (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

Os casos de doenças infectocontagiosas e de veiculação hídrica nas cidades pesquisadas segundo os moradores entrevistados, dizem respeito a casos de cólera, dengue, verminose e esquistossomose. De acordo com informação dos entrevistados, o índice de mortalidade infantil nos municípios visitados é relativamente baixo, em virtude do acompanhamento mais intensivo dos agentes de saúde junto às populações carentes, incentivando o aleitamento materno e a fabricação e administração de soro caseiro, além da distribuição de alimentos (leite), práticas que tem diminuído, consideravelmente, os casos de desnutrição e desidratação, principais causas da mortalidade infantil (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000, p 60).

Todo levantamento feito pelo Governo do Estado através da IBI, empresa contratada para coletar esses dados, em 2000, era justificado porque o Governo Estadual estava “preocupadíssimo” em melhorar a qualidade de vida dos paraibanos, com a construção da Barragem de Acauã. Esse era o discurso usado para convencer a população, discurso este que infelizmente, não se concretizou.

1.4 - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES APÓS A BARRAGEM DE ACAUÃ

A situação econômica das comunidades – Costa e Água Paba, Município de Natuba; Cajá e Melancia, Município de Itatuba; Pedro Velho e Riachão, Município de Aroeiras - diretamente atingidas pela Barragem de Acauã, foi avaliada segundo o relatório produzido pelo **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN)** em visitas a essas comunidades no período de 14 e 15 de junho de 2004.

O técnico do **MIN** responsável pelo relatório foi o Engenheiro Hary de Gauw que, durante as visitas, foi acompanhado pelos coordenadores do Movimento dos Atingidos por Barragens, que, também, foram diretamente atingidos pela construção da Barragem de Acauã, os senhores Abel Francisco Andrade e Osvaldo Bernardo da Silva, pelas coordenadoras do projeto de educação do **MAB**, Maria de Fátima Araújo Lucena e Maria Conceição Martins da Silva, e pelo Professor da Universidade Federal de Campina Grande, Fernando Garcia, atuante na luta dos atingidos de Acauã, desde o início do Movimento, contribuindo na assessoria ao **MAB** da Paraíba e, particularmente, nos registros desse acontecimento.

A visita as cinco comunidades atingidas ocorreu durante dois dias de visita e o grupo percorreu 623 km de carro e, aproximadamente, 43 km de barco. Para conseguir chegar à comunidade de Água Paba, nesse momento, somente foi possível de barco, pois a via de acesso que existia antes da barragem ser construída, que interligava essas comunidades, ficou totalmente submersa com o enchimento do lago e, até hoje, o Governo do Estado, responsável em reconstruir as vias de acesso, ainda não devolveu.

O relatório do **MIN** enfatiza a perda e o isolamento dessas comunidades em relação às vias de acesso, bem como a consequência disso. O fato é que, por falta de acesso e não ter como se deslocar, as comunidades deixaram de escoar a sua produção.

O maior problema apontado, segundo o relatório, foi à falta de terras em todas os locais onde as comunidades foram reassentadas, pois as mesmas desfrutavam das melhores terras e várzeas às margens do rio Paraíba, nas quais produziam e sustentavam as suas famílias (**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA, 2004**).

Hoje essas famílias só não estão passando fome porque se articularam com o MAB Nacional e participaram da Primeira Marcha Nacional Águas pela Vida, que aconteceu de 13 a 24 de Maio de 2004, saindo de Goiânia (GO), até Brasília percorrendo 211 km. Após a marcha chegar a Brasília, ocorreu um novo processo de negociação e com a pressão popular, o Governo Federal começou a ouvir esses atores sociais: os atingidos por barragens. O Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, informou, na ocasião, as primeiras respostas do governo à pauta de reivindicação do MAB, dentre elas o fornecimento de cestas básicas para os atingidos em situação de ameaça à segurança alimentar (MOTTA, 2004).

CAPITULO II - ANÁLISE DOS DISCURSOS PRODUZIDOS APÓS A INAUGURAÇÃO DE ACAUÃ

Neste capítulo analisarei os discursos produzidos por jornais e revistas entre outros, discutindo a Barragem de Acauã, depois de sua construção.

3.1 - A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E A CRISE DA FALTA DE ACESSO À ÁGUA

O primeiro texto analisado é o que foi publicado pela “Revista Paraíba da Gente”, editada pelo Governo do Estado da Paraíba, nº 7, de 2010. A revista trata dos investimentos governamentais na área de construção de adutora, investimentos para fazer a transposição do Rio São Francisco, dentre outras obras hídricas. Chama a atenção a manchete que diz: “Água: obras hídricas levam alegria, esperança e desenvolvimento para mais de 3,5 milhões de paraibanos” (vide Figura 1).

Selecionei um trecho considerado representativo para demonstrar o discurso do Governo sobre a importância da água para o desenvolvimento e o progresso do povo paraibano, transcrito, a seguir:

Não há bem mais precioso do que o elemento água, mesmo porque, sem ele, o ser humano não sobrevive. As grandes civilizações do passado ergueram-se entre rios e às margens de oceanos e mares. Quem há de esquecer os rios Nilo, Tigre e Eufrates, o oceano Índico? Os mares Mediterrâneo, Negro e Vermelho? Ainda hoje, apesar da revolução tecnológica com seu esplendor, imensos contingentes populacionais, notadamente na África, sofrem com a

escassez de água, e países do Oriente Médio, ricos em petróleo, tem o desenvolvimento limitado também pela falta desse mineral. Impossível esquecer os grandes ciclos de estiagem que levaram fome, morte e miséria para milhões de pessoas no Nordeste, transformando, não faz tanto tempo assim, esqueletos de animais em uma espécie de símbolos trágicos desta que é uma das mais belas regiões do País. Lembramos esses fatos para ressaltar a importância das ações que vêm sendo empreendidas pelo atual governo no sentido de dotar o Estado não só de reservatório, mas, de um sistema de distribuição que garanta água de qualidade para o consumo de todos os paraibanos. Sem água, em abundância e bem distribuída, não há como impulsionar o desenvolvimento econômico através da implantação de indústrias e aumento da produção agropecuária. A infraestrutura carece de água tanto quanto os organismos vivos. Ela é o alimento do corpo e o combustível do progresso (REVISTA PARAÍBA DA GENTE, 2010, p 5).

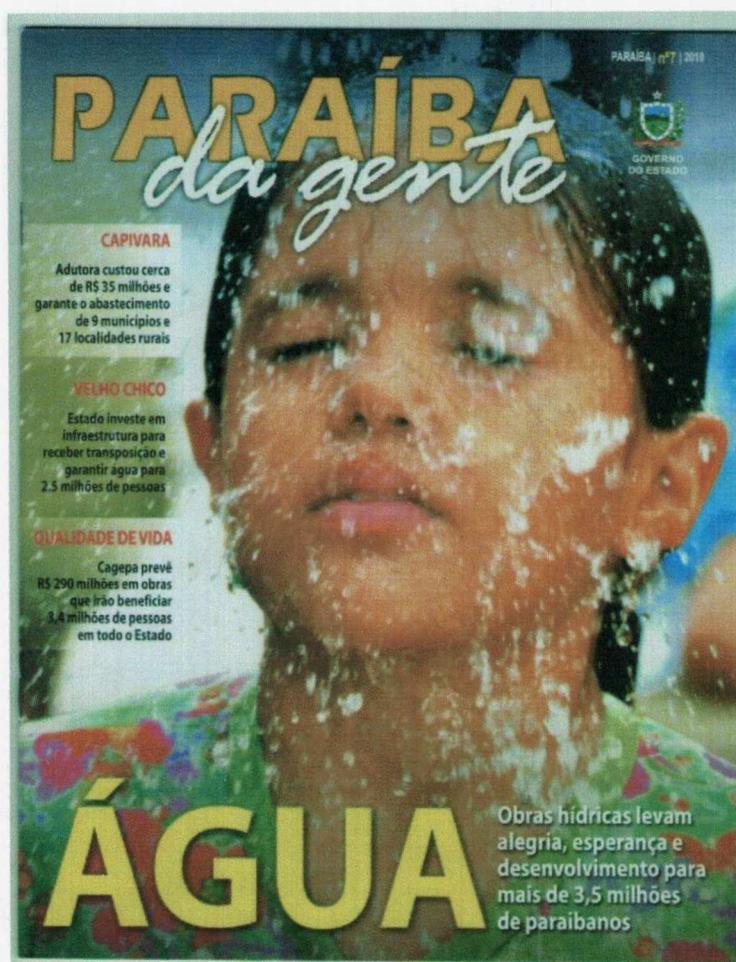


Figura 3: Capa da Revista Paraíba da Gente, 2010.

O texto da Revista comunica um discurso que causa inquietação e preocupação no âmbito da presente análise. Esse discurso, em relação a um elemento essencial à vida que é a água, é elaborado para que as pessoas aceitem com muita facilidade a política governamental em relação aos recursos hídricos. Essa

tática de convencimento é bem estratégica, pois sublinha que a água impulsiona o desenvolvimento econômico.

É óbvio que o acesso à água impulsiona o crescimento econômico, todavia é importante fazer algumas reflexões. Esse impulso de desenvolvimento econômico através desse líquido tão precioso que é a água serve a quem e com quais objetivos? Segundo Foucault (2004, p. 8-9), temos que estar atentos a esses discursos, para identificar a quem ele interessa. Será que realmente esse desenvolvimento proporcionado pela água é destinado aos excluídos?

Para prosseguir a análise, é importante refletir sobre a questão do acesso à água, através de projetos grandes reservatórios e adutoras.

O Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB), por meio do Procurador da República, Duciran Farena, instaurou procedimento administrativo nº 1.24.000.000718/2007-93, para investigar o direito de acesso à água nas barragens públicas e privadas construídas com dinheiro público no Estado (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA, 2007).

Nesse procedimento administrativo por parte da Procuradoria Federal na Paraíba (MPF/PB), Duciran Farena fala das queixas da população atingida pela Barragem de Acauã, que não tem acesso à água. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental, o grande objetivo de Acauã é o consumo humano, e esse direito a essa população que foi atingida e sacrificada, em nome do progresso e desenvolvimento, está sendo negado.

Segundo a Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República na Paraíba, (2007), a grande preocupação do Procurador acima citado é a privatização dos açudes construídos com recursos públicos, basicamente do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) no Nordeste. Esse problema foi considerado pela III Conferência de Segurança Alimentar (CSAN), realizada em Fortaleza, CE, em julho de 2006, uma das mais graves violações do direito humano à água e à alimentação

3.2 - ENTRE O DISCURSO DA OMISSÃO E O DISCURSO DA SOLIDARIEDADE

No Jornal da Paraíba, editado no dia 31 de Agosto de 2003, conforme Figura 2, através da manchete Acauã: Barragem Inútil é feito um convite à reflexão do leitor paraibano sobre o desperdício do dinheiro público investido na construção da Barragem de Acauã, pretendida como a redenção dos paraibanos, na propaganda política. Isso merece uma grande reflexão, pois o jornal coloca para a sociedade o valor da obra e, depois, o desperdício de dinheiro público, dizendo que o dinheiro do povo foi jogado fora, porém omite as mazelas que essa construção causou a milhares de seres humanos, que viviam e sobreviviam às margens do rio Paraíba.



Figura 4: Manchete do Jornal da Paraíba de 31 de agosto de 2003

Enquanto a imprensa, nesse momento, não dá visibilidade e, praticamente, ignora esses sujeitos que foram expulsos de suas terras com a construção de Acauã, o Padre Rômulo da paróquia de Aroeiras com sua grande sensibilidade e cumprindo o seu papel religioso em defesa dos mais humildes, em 12 de abril de 2002, através da carta intitulada “As pedras clamarão”, denuncia para as autoridades, o grande problema social que essa barragem, em nome do desenvolvimento, causou a milhares

de famílias que tiravam o seu sustento da beira do rio. Na carta do Padre Rômulo (Vide anexo 1), se lê:

A realidade dura que vive o povo de Pedro Velho e localidades adjacentes faz-me dirigir estas palavras aos que governam o povo, a todos os que detêm poder, às pessoas que assumem funções importantes na sociedade onde está localizada a Barragem de Acauã. Pronunciei-me pedindo a ação conjunta e efetiva dos políticos de todos os partidos em favor dos irmãos e irmãs que já estão sofrendo com a instalação da represa Acauã, para que sejam atendidos em suas necessidades de moradia digna, escola, energia elétrica, água, esgoto sanitário, saúde, segurança, enfim, tudo aquilo que for preciso para que sejam tratados como pessoas humanas decentes, inclusive revendo os valores das moradias e considerando as benfeitorias das suas propriedades rurais. Hoje, a exemplo de Jesus, não posso ficar calado diante do sofrimento de irmãos e irmãs, a grande maioria deles sendo meus paroquianos. Tenho certeza de que é verdade o que Jesus disse: se eles se calarem as pedras gritarão (Lucas 19,40). Estou consciente da importância da barragem Acauã, mas não podemos ficar cegos, surdos ou mudos diante dos transtornos que a construção desta mesma barragem já está trazendo à população vizinha, visto que não poderão reconstruir os seus bens com uma indenização média de R\$ 6000,00 (seis mil reais) por família. Onde ficarão os seus animais (caprinos, ovinos, bovinos?) e suas galinhas, que lhes garantem ajuda na sua subsistência? Naquelas casas pré-moldadas (no modelo de Projeto Mariz) caberão as famílias de todos os tamanhos? Fico a olhar e penso: será um campo de concentração moderno? (VIANA, 2002, p. 1)

Analisando os dois discursos, observa-se como tomam rumos diferentes. Enquanto a imprensa tenta esconder o problema social que a barragem causou aos atingidos de Acauã e dá vida às questões de punho mais político partidário, aparece o Padre de Aroeiras construindo outro discurso que até certo tempo a sociedade não conhecia, e que permanece escamoteado pela imprensa.

3.3. O OPORTUNISMO POLÍTICO PARTIDÁRIO VERSUS O APOIO DE SETORES DA SOCIEDADE AOS ATINGIDOS DE ACAUÃ

Objetivando analisar outro veículo de circulação estadual, escolhi uma matéria publicada no Portal Correio, com o seguinte título “Sarmento: abandono de acauã revolta população”, conforme Figura 3.

Na sexta feira, 4 de abril de 2008, no Portal Correio da Paraíba, o ex –secretário de Recursos Hídricos do Estado, o Engenheiro Francisco Jácome Sarmento, afirmou:

Estive ontem [dia 3 de abril de 2008], pessoalmente, na Barragem de Acauã, obra que construí no Governo Maranhão para servir, entre outros fins, de contenção de cheias no rio Paraíba. Fiquei impressionado com a revolta da população diante do abandono da barragem, que poderia ter minorado bastante as perdas humanas e materiais, que vem sendo causadas rio abaixo

nos últimos dias, se o governo do Estado tivesse feito manutenção mínima e adequada em Acauã. O ex-secretário advertiu desde a primeira hora que os estragos de agora aconteciam por falta de monitoramento e investimento na manutenção de barragem na Paraíba, especialmente em Acauã, onde até gato de energia fizeram para poder abrir as comportas porque, antes, a força havia sido cortada e as fiação roubada daquele equipamento (SARMENTO, 2009, p.1).

Querer sossego no início do ano é do Brasil.

CONTAS IPVA IPTU

Domingo, 7 de Fevereiro de 2010

Editorias
Cidades
Política
Justiça
Polícia
Economia
Educação
Esportes
Mundo
Cultura
Celebridades
Brasil
Concursos

Sistema Correio
TV Correio
Jornal Correio
Classificados
Correio Set

Cidades

Tamanho da letra A- A+

Palavra Chave
Google

Sexta, 4 de Abril de 2008 - 18h04

Sarmento: Abandono de Acauã revolta população

O engenheiro Francisco J. Sarmento, ex-secretário de Recursos Hídricos do Estado, esteve ontem (3) pessoalmente na barragem de Acauã, obra que construiu no Governo Maranhão para servir, entre outros fins, de contenção de cheias no rio Paraíba.

Sarmento ficou impressionado com a revolta da população diante do abandono da barragem, que poderia ter minorado bastante as perdas humanas e materiais que vêm sendo causadas rio abaixo nos últimos dias se o Governo do Estado tivesse feito manutenção mínima e adequada em Acauã.

O ex-secretário advertiu desde a primeira hora que os estragos de agora aconteceriam por falta de monitoramento e investimento na manutenção de barragens na Paraíba, especialmente em Acauã, onde até gato de energia fizeram para poder abrir comportas porque, antes, a força havia sido cortada e a fiação roubada daquele equipamento.

Solicitado pelo Portal Correio a apresentar suas constatações e impressões nesse retorno a Acauã, Francisco Sarmento enviou o relato que está transcrito a seguir, com cópia para os jornalistas Helder Moura e Rubens Nóbrega, colunistas do CORREIO da Paraíba.

Caros jornalistas,

O elevado volume de água acumulado na Barragem de Acauã está contribuindo para uma carga excessiva no rio, o que inevitavelmente provocará inundações e prejuízos no seu percurso.

O texto acima, contido na última nota do Governo do Estado, é mais uma confirmação da forma inadequada como gerenciam Acauã. Como todos sabem, por falta de energia elétrica e de fiação, demoraram vários dias para abrir as comportas, com isso, o volume de espera de cheia da barragem caiu bastante, minorando assim o poder de Acauã de conter os aguaceiros oriundos de Boqueirão. Agora eles mesmos reconhecem "o elevado volume de água acumulado na Barragem..." que faz com tudo o que chegue ao lago saia pelo sangradouro.

Entretanto, em determinado sítio de notícias, um trecho da matéria chama atenção para o que parece ser uma nova estratégia do governo em relação à barragem de Acauã. O texto parece querer associar Acauã à destruição em Bayeux e Santa Rita. Confira abaixo:

12:22 | 04.04.2008
Caos em Bayeux e S.Rita: águas invadem casas e interditam ruas, pescador é levado pela enxurrada
Avenida Liberdade está interditada Equipes da Defesa Civil, auxiliadas por Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, estão neste momento iniciando remoção de famílias atingidas na manhã desta sexta-feira e pelas águas do rio Paraíba nos municípios de Espírito Santo, Bayeux e Santa Rita, região metropolitana da Capital. A equipe do Portal WSCOM Online foi conferir de perto os danos provocados nas cidades. A situação é de calamidade com o rio subindo rapidamente. O aumento do volume das águas foi provocado pela abertura das comportas do açude Acauã (grifo nosso), em Itatuba (região do Agreste). Ruas estão inundadas, provocando interdição de avenidas - a Liberdade, principal de Bayeux, também foi atingida e fechada ao tráfego. Servidores abandonam as repartições públicas.

Na verdade o aumento da vazão do Paraíba ocorre pela forma inadequada de gerenciar a barragem, cujas comportas demoraram a ser abertas pelas razões acima listadas. Hoje a vazão que sangra é pelo menos dez vezes maior do que a vazão liberada pela comporta.

Estive ontem pessoalmente em Acauã. É impressionante a revolta dos populares com o abandono da obra pelo governo.

As imagens colhidas mostram a força de cheia no sangradouro. A foto 076 é uma vista de cima da barragem nela pode-se ver a caixa do rio Paraíba totalmente tomada pelas águas do sangradouro. A foto 85 é uma vista frontal do vertimento.

Saudações
Francisco J. Sarmento

Análises Google
Licite Licitação Nordeste
Avisos de Licitação e Editais
O site do empresário bem informado
www.licite.com.br

Mapas de rua grátis
Busca mapas de rua grátis com a barra de ferramentas de mapas ALOT
Mapas alot.com

Voos TAM para Paraíba
Passagens a partir de R\$79.
Ofertas por tempo limitado. Reserve agora!
Viagens Americanas.com

Figura 5: Matéria do Portal Correio, de 04 de abril de 2008.

Concordando com o engenheiro Francisco Jácome Sarmento, realmente a população estava revoltada, não com o problema de falta de energia na parede da barragem e nem com a falta de manutenção na mesma por parte do Estado. Isso não quer dizer que não seja importante cuidar da obra, porém tem outros problemas que

a população sofre com essa construção, em nome de um progresso e um desenvolvimento, que até hoje se espera.

Nesse sentido, vale ressaltar a intervenção do Ministério Público Federal da Paraíba (MPFPB) que propôs uma audiência Pública para discutir os problemas causados por Acauã para as comunidades atingidas, conforme anúncio feito por sua assessoria de imprensa, intitulado Ministério Público Federal (MPF) ouvirá deslocados da Barragem de Acauã em audiência pública, transcrito a seguir:

Será realizado, próximo dia 18 de novembro, a partir das 9 horas, na localidade de "novo" Pedro Velho, em Aroeiras-PB, audiência pública do Ministério Público Federal (MPF) destinada a ouvir as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como a população, a respeito da assistência aos deslocados pela construção da barragem de Acauã. Além da Presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e de deslocados, foram convidadas entidades da sociedade civil e autarquias, como Departamento Nacional de Obras contra Seca (DNOCS), Fundação Nacional de Saúde (FNS), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), entre outros. As populações que residiam nas áreas hoje inundadas pela Barragem de Acauã foram deslocadas para conjuntos residenciais implantados nos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba. Faltam serviços públicos essenciais e condições de trabalho produtivo. No início deste ano, foi proposto ao governo estadual celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) prevendo a assistência e a melhoria de condições da vida das populações de atingidos, mas o Estado ainda não se manifestou pela sua assinatura, o que será discutido na audiência (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA, 2004, p.1).

Segundo a Ata (colocar foto da ata!) da Audiência (FARENA, 2004), aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quatro realizou-se, na igreja Batista de Vila Nova de Pedro Velho, no Município de Aroeiras, Paraíba, Audiência Pública. Participaram da mesa as seguintes autoridades: o Dr. João Otavio Paes de Barros e o Dr. Edval Pereira da Silva, ambos representando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); O Dr. Gilberto Gondim Cabral, representando o Secretário da Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH); a senhora Maria de Lourdes Farias, representando a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); o senhor Antonio Venâncio de Moura Lacerda, entre outras e com a coordenação o Dr. Duciran Farena, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão na Paraíba (vide Anexo 2).

Tendo participado desta audiência e reconhecendo a sua importância, selecionei algumas falas relacionadas aos prejuízos que a construção de Acauã ocasionou e que foram registradas na Ata (FARENA, 2004).

Em primeiro lugar, merece destaque a participação e coordenação do Dr. Duciran Farena desde a abertura da audiência pública, ocasião em que esclareceu que a função do Ministério Público Federal é atuar na fiscalização dos serviços públicos, das ações das autoridades, verificando o cumprimento dos direitos humanos.

Por outro lado, o Engenheiro Gilberto Gondim, representando o Governo do Estado, disse que não tinha conhecimento do termo de ajustamento de conduta (TAC) a que se referiu o Dr. Duciran, mas reconhece que a comunidade foi deslocada sem consulta prévia e, que o governo é sensível à situação dos atingidos.

Uma senhora da comunidade afirmou que não pode mais criar animais; que não perguntaram onde queriam a casa; que a casa não presta, não há trabalho, não há médico, nem posto de saúde; que há uma família morando em sua casa, pois não tinha onde morar e não recebe nenhum benefício.

Na sequência, destaco outros depoimentos colocados durante a Audiência, registrados em Ata, que apresentam vários dos dramas vividos pela população atingida, conforme se segue:

O Senhor Lola, de Água Paba, mora em uma casa de palha coberta de lona, não tem colchão nem recebeu indenização e não é cadastrado. (...) A Senhora Conceição do Costa disse que não há água; a energia é clandestina; não há carro para os estudantes irem à escola; as casas são de placas e estão rachando. (...) O senhor Paulino vive com duas famílias numa casa; que as casas são pequenas para famílias numerosas. (...) A senhora Luisa Martins, do Cafundó, disse que não tem casa nem recebe benefício. (...) O senhor Hilton da Melancia, quer um documento que diga que as casas de placa são deles; disse que não foi construído colégio nem moinho nem posto de telefonia. (...) O senhor Bibiu afirmou que não há trabalho; que as calçadas estão rachando; que está devendo contas de água. (...) A senhora Marinete disse que não tem casa; não recebeu indenização; não tem cemitério; tem que transportar os mortos para Aroeiras; que não gosta do local (FARENA, 2004, p. 3-5).

O senhor Arimatéia França, presidente da Central Única dos Trabalhadores na Paraíba (CUT-PB), também estava presente na audiência e mencionou o desrespeito aos direitos à cidadania, à educação, à saúde, entre outros.

Por fim, o Dr. Duciran Farena, também registrados em Ata, traçou os seguintes encaminhamentos:

1-Propõe-se a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Estado da Paraíba, o Município de Aroeiras, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Ministério Público Federal, a fim de rever o processo de indenizações; o cadastro no Bolsa Família; atividades produtivas; a questão

da saúde; além de incluir o não pagamento de água e luz pelos atingidos, até que eles tenham um emprego, uma fonte de renda. 2-Pede-se que os não cadastrados procurem o MAB para inserção no Bolsa Família (FARENA, 2004, p.5).

Analisando os dois discursos, sendo o primeiro o proferido pelo ex-secretário Sarmiento e o segundo proferido pela população atingida e seus defensores, percebo que existem interesses diferentes. A primeira linha de discurso fala pelo povo, sobre o que ele está sentindo e achando, segundo os seus interesses. O autor, aproveitando-se da situação de descaso do governo que estava no poder a época, com relação à Barragem de Acauã, aparentemente se coloca como defensor do projeto e da população atingida, todavia, analisando mais profundamente, parece um discurso sem fundamento, eivado de interesse, pois tendo participado da construção da barragem, não garantiu condições dignas para os reassentamentos. Ele acompanhou o início e o término das obras e parece que ao tratar do abandono de Acauã, tem o interesse de criticar o governo opositor, acarretando benefícios políticos para si mesmo.

Portanto, vale questionar o discurso do ex-secretário que não se aprofunda em abordar quem é esse povo que está revoltado? Onde Mora? Qual é o seu nome? Nesse sentido, “o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção de controle” (FOUCAULT, 2004, p. 66) nos chama atenção a ter cautela nos discursos produzidos espontaneamente, pois pode ser uma arma contra você mesmo, e de maneira legitimada.

No outro discurso analisado, o próprio povo fala do seu sentimento, das dores, das tristezas, das perdas, das angustias, da incerteza, da revolta e indignação. O próprio governo, sob pressão popular, reconhece a sua dívida social com esses sujeitos, se torna humilde, não tem como esconder os problemas que é ele o próprio causador, como é o caso do discurso de Gilberto Gondim, presente na referida audiência pública. E o mais importante nesses discursos é que esses sujeitos têm nome e endereço, tem identidade, não são fictícios.

A Audiência Pública, que aconteceu em 18 de novembro de 2004, era para ter acontecido antes de ter começado erguer a parede do barramento de Acauã, para ouvir os principais atores sociais dessa História. Eles são quem deveriam ter o poder de decisão se queriam a construção da barragem ou não, para onde queriam ir, qual seria o tipo de casa, onde seria a terra para o reassentamento, que tipo de terra seria.

Porém, os responsáveis pela construção do reservatório passaram ignoraram e tentaram silenciar esses atores.

3.4 - ACAUÃ: PAREDES DE CONCRETO MAIS IMPORTANTE QUE A VIDA

Foi escolhida outra matéria para análise. Trata-se da reportagem publicada no Jornal da Paraíba, em 31 de agosto de 2003, de autoria de Luciana Oliveira, intitulada: "Acauã: sem adutora, água está poluída". O jornal chama a atenção do leitor usando a seguinte frase: "Sem justificativa: obras da barragem custaram aos cofres R\$ 60 milhões, mas a água de má qualidade não pode ser utilizada para consumo humano" (Figura 4). O texto da matéria segue transcrito:

Onde deveriam estar armazenado 250 milhões de metros cúbicos de água para beneficiar mais de 134 mil pessoas de dez municípios paraibanos, encontra-se hoje um açude com pouca água e ainda de má qualidade, o que se restringe seu consumo. A Barragem de Acauã, inaugurada em dezembro de 2001 e que custou R\$ 60 milhões, está poluída e sua água não pode ser utilizada para consumo humano, enquanto não houver uma estação de tratamento. De acordo com o exame realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos (NUPPA), da Universidade Federal da Paraíba, por solicitação do Jornal da Paraíba, as amostras da água do açude de Acauã não atendem aos Padrões bacteriológicos de potabilidade, ou seja, conforme o laudo, a água não pode ser bebida, usada para tomar banho ou lavar pratos. O teor alto de coliformes e bactérias podem causar doenças dermatológicas, diarreia, febre tifóide e diversas verminoses. Além do problema da má qualidade da água a barragem que seria a terceira maior do Estado, não está sendo útil conforme o projeto inicial, por não ter sido concluída ainda a adutora que levaria líquido para os dez municípios. Isso quer dizer que a barragem sem adutora se torna uma obra incompleta (OLIVEIRA, 2003, p. 3).

O Movimento dos Atingidos por Barragens vem fazendo uma série de denúncias no país e, também, no âmbito internacional, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), para dar visibilidade ao que o povo atingido por Barragem vem sofrendo em relação a esses empreendimentos. Nesse sentido,

Desde a passagem da relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Brasil no final de 2005, oportunidade em que visitou a hidrelétrica de Campos Novos na divisa de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), e recebeu do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) uma série de denúncias de violação dos direitos humanos contra as empresas construtoras de usina, o MAB tem buscado pautar os problemas sofridos pelos atingidos juntos aos órgãos competentes no país e na Organização dos Estados americanos (OEA) (GLASS, 2007, p. 1).

Cidades

População usa água para tomar banho e lavar a roupa
● PÁGINA 03

SEM JUSTIFICATIVA / Obras da barragem custaram aos cofres R\$ 60 milhões, mas a água de má qualidade não pode ser utilizada para consumo humano

Acauã: sem adutora, água está poluída

● LUCIANA OLIVEIRA
● Itatuba

Deveriam estar arcaizados 250 milhões de metros cúbicos de água para beneficiar mais de 131 mil pessoas de dez municípios paraibanos, encontra-se hoje um açude com pouca água e ainda de má qualidade, o que restringe seu consumo. A barragem de Acauã, inaugurada em dezembro de 2001 e que custou R\$ 60 milhões, está poluída e sua água não pode ser utilizada para consumo humano, enquanto não houver uma estação de tratamento. De acordo com o exame realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos (Nappa) da Universidade Federal

da Paraíba por solicitação do JORNAL DA PARAÍBA, os amostradores da água do Açude de Acauã não atendem aos padrões bacteriológicos de potabilidade. Ou seja, conforme o teste, a água não pode ser bebida usada para tomar banho ou lavar roupa. O alto teor de coliformes e bactérias podem causar doenças dermatológicas, diarreia, febre, vômito e diversas vertebroses.

Além da problemática má qualidade da água, a barragem de Acauã não está sendo construída conforme o projeto inicial, por não ter sido construída com uma adutora que levasse o líquido para os dez municípios, logo que disse que a barragem sem a adutora se torna uma obra incompleta.

Do total de R\$ 12 milhões que deveriam ser gastos para construir a adutora, foram usados apenas R\$ 12 milhões, faltando ainda R\$ 60 milhões. "Por enquanto, a barragem não está sendo usada para o que se propunha", ressalta o secretário ad-

ministrativo do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sérgio Góes. O problema da poluição da água, segundo explicação de Sérgio Góes, é por causa de lixo que acaba no lago para o qual o açude está apenas com 6% de sua capacidade. A lagoa de Mangá, em dos Rios Paraíba e Paraíba. No Paraíba, principalmente, é depositado grande parte do esgoto de Campina Grande, sem tratamento. Com isso, a água torna-se imprópria para se beber. Originalmente, a barragem deveria beneficiar os municípios de Itatuba, Amontas, Ingá, Monteiro, Itabaiana, Salgado de São Félix, Piraí, São Miguel de Taipu e Fagundes. Por enquanto, apenas Itatuba vem sendo beneficiada. A água do açude não está sendo utilizada para algumas pesquisas cri-

ativas de pesquisa e desenvolvimento. No entanto, para que a água chegue com qualidade a esses municípios, é necessária a estação de tratamento. "Se essa água passar por todos os processos de tratamento convencional o problema da contaminação será eliminado", garante o diretor de expansão da Cagepa, Rubens Falcão. Segundo Sérgio Góes, na época da construção da barragem, não foi feita uma avaliação da água que chegava no reservatório e que deveria para os municípios.

INSUFICIENTE
Segundo o secretário-adjunto da Semanh, a quantidade de água da barragem ainda é insuficiente

para que sejam feitos de imediato a estação de tratamento e a adutora. "Temos de esperar o próximo inverno para ver se a barragem esche. Formas que agir com cautela diante do alto custo dessas obras", completa. O secretário de Recursos Hídricos, que ocupava a pasta enquanto a barragem foi construída, Francisco Sarmiento, explicou que, quando a barragem esche, esses problemas serão solucionados. Sarmiento atualmente coordena o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) no Estado.

No entanto, para o consultor técnico da Semanh, José Xavier Lorenzi, a bacia hidrográfica que alimenta a barragem de Acauã não tem capacidade para exibir. Segundo ele, o alto grau de assoreamento dos rios da Paraíba dificulta o escoamento das águas.



Figura 6: Matéria Jornal da Paraíba, 31 de agosto de 2003

Denúncias foram encaminhadas ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, e deram início a um processo de levantamento de violação contra trabalhadores e comunidades atingidos por barragens no Brasil, com mais de 70 casos levantados. Destes, 12 foram formalizados em denúncias e seis foram encaminhados para investigação por uma Comissão especial do CDDPH, composta por membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União. Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia e do Próprio MAB (GLASS, 2007).

Glass (2007) informou, ainda, que, segundo o defensor público da União, João Paulo Dorini, a Comissão selecionou seis casos, por representarem realidades diferentes, mas significativas do conjunto das denúncias apresentadas, que foram: a Barragem de Acauã, na Paraíba, e as hidrelétricas de Foz do Chapecó, em Santa Catarina, Tucuruí, no Pará, Aimorés, Emboque de Fumaça, em Minas Gerais, e Cana Brava, em Goiás.

Vale destacar que a matéria aqui apresentada reconheceu que o caso da Barragem de Acauã, um dos casos de barragem não ligada a uma hidrelétrica,

construída pelo governo da Paraíba para abastecimento hídrico de Campina Grande, apresentou as violações de direitos humanos mais agudas entre os projetos visitados pela referida Comissão, que reconheceu Acauã como a “mais catastrófica situação social das famílias reassentadas por uma barragem no país” (DORINE APUD GLAUSS, 2007, p.1).

Analisando o discurso da matéria em foco, do Jornal da Paraíba, percebe-se que os autores omitem completamente os problemas sociais que a população enfrenta. Para eles os atingidos de Acauã parece não merecer atenção nas suas reportagens. Discutem somente o valor da obra, quanto foi gasto, a falta de cuidado com a manutenção, se a água presta ou não presta. Daí surgem às questões: Porque será que os atingidos estão tão perto da imprensa e ela os ignora? Será que o valor econômico do empreendimento é maior que o valor da vida? É preciso que venha a imprensa de longe para usar outro discurso, que a sociedade Paraibana e nem a sociedade brasileira conhecia e assim dar possibilidade de vozes a esses sujeitos que estavam silenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito interessante fazer algumas reflexões sobre o discurso da imprensa paraibana, ela está a serviço de quem? Porque colocaram tal matéria? O que está por trás dessa matéria? Quais são os possíveis grupos econômicos que estão detrás desse tema? Será que isso é a verdade cristalizada? É a verdade absoluta?

Lembrando o que afirma Foucault (2004), os discursos em nossa sociedade são o tempo todo controlados, selecionados e distribuídos, isso implica dizer que eles não têm uma neutralidade e sim uma grande intencionalidade.

Analisando matérias publicadas nos veículos de comunicação social, na Paraíba, a exemplo do Jornal Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba e a Revista Paraíba da Gente, acerca da Barragem de Acauã depois que ela foi concluída, em 2002, percebe-se claramente que esse instrumento não está a serviço da classe trabalhadora, em especial, dos Atingidos de Acauã.

Os discursos produzidos nos materiais pesquisados são muito tendenciosos, pois um fala do problema da água, se é de boa qualidade ou não; no outro jornal, um ex-secretário de Estado está preocupado com a estrutura física da barragem, uma vez que o mesmo conduziu todo processo da construção do reservatório, ignorando os problemas existentes, os quais tiveram sua origem no próprio governo para o qual ele trabalhava.

Somente começam a aparecer outros discursos, em relação à população atingida, submetida a graves problemas econômicos e sociais, nos âmbitos nacional e internacional, depois que os atingidos de Acauã começaram a se organizar localmente e, em seguida, com o MAB. Nesse novo cenário, os Atingidos de Acauã se tornaram visíveis para a sociedade paraibana e em âmbito nacional, a população atingida sofreu o maior impacto social causado pela construção de uma barragem no Brasil, edificada para consumo humano. Ademais, as famílias que foram expulsas das terras destinadas para a formação do lago, até hoje, não têm sequer acesso aos possíveis benefícios da barragem.

É constrangedor para nós paraibanos, por ser o nosso um Estado pobre, assim reconhecido pelo Senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), termos governantes que, ao invés de melhorar a vida dos paraibanos que já tinham toda estrutura social montada às margens do Paraíba, destrói toda uma história de vida, cultural e econômica desse povo.

Vale reforçar que com o advento da barragem, vem o discurso do progresso e do desenvolvimento, que se contrapõe com a realidade de flagrante violação dos direitos humanos, situação comprovada pelos Organismos de Direitos Humanos que visitaram essas comunidades e constataram que Acauã é, realmente, o pior exemplo de tratamento com atingidos por barragens no Brasil.

Os discursos produzidos nos jornais não são soltos, eles são amarrados, bem arquitetados, constituindo-se em mais uma forma de poder da classe dominante para o convencimento da classe dominada. As informações são transmitidas para a sociedade como se fossem uma verdade absoluta.

Vale, então, questionar e aprofundar a nossa compreensão sobre as questões: Quem controla os jornais mais acessados na Paraíba? Eles estão a serviço de quem? Quem será que controla a imprensa, são os trabalhadores paraibanos, são os Atingidos da Barragem de Acauã?

É sempre pertinente pensar e repensar essas questões, pois, às vezes, na correria do cotidiano para conseguir sobreviver, não conseguimos enxergar o que está por trás das informações veiculadas pela imprensa. É preciso estar atento e saber que, para poder sair qualquer matéria, existe toda uma organicidade dentro desse setor, toda uma estratégia montada, digo isso por experiência própria, pois já dei entrevista, e, quando fui assistir percebi que ocorreu filtragem do conteúdo que falei. Portanto, é comum as informações saírem distorcidas, e quem lê não entende ou tem uma compreensão parcial e até equivocada dos fatos.

BIBLIOGRAFIA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA. **MPF ouvirá deslocados da Barragem de Acauã em audiência pública**. João Pessoa, 11 de Novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.prpb.mpf.gov.br/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2009.

FARENA, Duciran. **Ata da Audiência Pública**. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, 18 de novembro de 2004. 5 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004. 79 p

FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (FAC). Relatório Socioeconômico da Barragem de Acauã. LOCAL. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1999. 27 p.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA/SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS - SEMARH. **Estudo de impacto ambiental da Barragem de Acauã**. Fortaleza: IBI ENGENHARIA CONSULTIVA, 2000. 266 p.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2008. 100 p.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**. São Paulo: Loyola, 2003. 203 p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA **Relatório de Viagem**. Sem local: não publicado, 24 de junho de 2004. 11 p. Técnico responsável Eng. Harry de Gauw.

MOTTA, Nelson. **Governo atende reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens**. 27 de maio de 2004. PORTAL BRASIL AGORA. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=187342&q=1&ediotira=>>>.

OLIVEIRA, Luciana. **Acauã: sem adutora, água está poluída**. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 31 de agosto de 2003, 1 p.

REDE INTERNACIONAL DE RIOS. **Guardiões dos Rios**: Guia para Activistas. Berkeley, CAUSA, International Rivers Network, 2000. 47p.

SARMENTO, Francisco Jácome. **Abandono de Acauã revolta população**. Portal Correio da Paraíba. João Pessoa, 04 de abril de 2009. 1 p. Disponível em <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=30984>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2010.

TAVARES, Elaine. **Grandes projetos de energia só dão lucro para alguns**. 11 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/modesenvolve.html>. Acesso em: 20 dez. 2009.

VAINER, Carlos. **Água para a vida, não para a morte**: notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 185-215.

VIANA, Rômulo Remígio. **As pedras clamarão**: carta às autoridades e aos seus paroquianos sobre a situação do povo atingido pela Barragem de Acauã. Aroeiras, 12 de abril de 2002. 2p.